

A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

CAPÍTULO 1	1
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1861821121	
CAPÍTULO 2	14
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821122	
CAPÍTULO 3	26
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821123	
CAPÍTULO 4	35
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1861821124	
CAPÍTULO 5	48
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1861821125	
CAPÍTULO 6	59
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.1861821126	

CAPÍTULO 7 73

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821127

CAPÍTULO 8 88

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO*

[Maya Manzi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821128

CAPÍTULO 9 99

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821129

CAPÍTULO 10 113

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211210

CAPÍTULO 11 130

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211211

CAPÍTULO 12 140

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211212

CAPÍTULO 13	155
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.18618211213	
CAPÍTULO 14	171
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.18618211214	
CAPÍTULO 15	182
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
DOI 10.22533/at.ed.18618211215	
CAPÍTULO 16	190
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.18618211216	
CAPÍTULO 17	204
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.18618211217	
CAPÍTULO 18	221
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18618211218	
CAPÍTULO 19	233
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.18618211219	

CAPÍTULO 20	243
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.18618211220	
CAPÍTULO 21	257
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
DOI 10.22533/at.ed.18618211221	
CAPÍTULO 22	269
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
DOI 10.22533/at.ed.18618211222	
CAPÍTULO 23	283
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
DOI 10.22533/at.ed.18618211223	
CAPÍTULO 24	296
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
DOI 10.22533/at.ed.18618211224	
CAPÍTULO 25	312
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
DOI 10.22533/at.ed.18618211225	
CAPÍTULO 26	320
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÁ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.18618211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	327

PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO

Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Bolsista CAPES – Processo nº 88881.189678/2018-01. Florianópolis - SC.

Eduardo Pimentel Menezes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), Rio de Janeiro - RJ.

Rosemy Da Silva Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis - SC.

Morgana Scheller

Instituto Federal Catarinense (IFC), Rio do Sul - SC.

RESUMO: A dinâmica do desenvolvimento capitalista vem determinando transformações nas condições de reprodução de capital, da força de trabalho e na forma de produzir da agricultura familiar, tornando-a um espaço social cada vez mais complexo. Nesse cenário, a agricultura familiar de base agroecológica vem sendo considerada, entre outros aspectos, uma alternativa de geração de renda, de fixação das populações no campo, de ampliação das relações sociais, de promoção de equidade de gênero e de manutenção do patrimônio cultural para os sujeitos que a adotam, por proporcionar melhora nas condições de vida e de trabalho de seus envolvidos, por promover novas relações

sociais e de gênero e permitir o uso de técnicas tradicionais de cultivo. É em tal contexto que o trabalho objetiva analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da Associação de Produtores Agroecológicos Semente do Futuro (APASF), como a agroecologia proporcionou geração de renda, ampliou as relações sociais, promoveu equidade de gênero e preservação do patrimônio cultural por meio das atividades desenvolvidas. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa com dados coletados por meio de observação participante e entrevistas não estruturadas realizadas com homens e mulheres membros da associação. Os dados indicam a agroecologia no âmbito da APASF, como uma fonte segura de renda e que ela têm promovido, novas relações sociais e de gênero. Também possibilitou a preservação do patrimônio cultural dos envolvidos ao fomentar o resgate e o uso de técnicas de cultivo e de transformação de produtos praticadas por seus antepassados.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Patrimônio cultural; Gênero; Renda.

ABSTRACT: The dynamics of capitalist development have been determining transformations in the conditions of reproduction of capital, of the labor force and in the way of producing family agriculture, making it an increasingly complex social space. In this

scenario, family-based agro-ecological agriculture has been considered, among other aspects, as an alternative to generate income, to fix populations in the countryside, to expand social relations, to promote gender equity and to maintain cultural heritage for the subjects that adopt it, for improving the living and working conditions of its stakeholders, promoting new social and gender relations and allowing the use of traditional cultivation techniques. It is in such a context that the objective of this work is to analyze in the trajectories of the agricultural families of the Association of Agroecological Producers Seed of the Future (APASF), of the municipality of Atalanta (SC), as agroecology provided income generation and extended social relations, gender and preservation of cultural heritage through the activities developed. For that, a qualitative research was conducted with data collected through participant observation and unstructured interviews with men and women members of the association. The data indicate agroecology within the APASF, as a safe source of income and that it has promoted, new social and gender relations. It also made it possible to preserve the cultural heritage of those involved by fostering the rescue and use of techniques for cultivating and transforming products practiced by their ancestors.

KEYWORDS: Agroecology; Cultural heritage; Genre; Income.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente a agricultura familiar representa uma fonte de renda para milhares de agricultores (nesse estudo, o termo agricultor compreende também as mulheres agricultoras) que no trato da terra buscam o sustento para a família. O debate sobre esse sistema produtivo no âmbito acadêmico e político legitimou-se a partir da década de 1960. Desde então, as pequenas propriedades vêm passando por significativas mudanças de natureza demográfica, econômica, social e cultural. Percebem-se, entre outros aspectos, envelhecimento da população rural, desinteresse das populações envolvidas em permanecer no campo, especialmente os mais jovens, além de uma atuação cada vez maior das mulheres em todas as etapas da produção, comercialização e gestão do excedente.

O processo de modernização da agricultura brasileira objetivou transformar a agricultura de insumos tradicionais em agricultura de insumos modernos. Esse processo, em geral, não considerou a organização, a capacidade e os limites dos ecossistemas locais, a forma de organização e os conhecimentos tradicionais das populações envolvidas, no entanto a agricultura familiar resiste buscando formas de manter as relações de produção e a sucessão geracional e produzir excedente mínimo para a subsistência de seus membros.

O termo agricultura familiar, apesar de controverso, ganhou legitimidade a partir dos anos 1990 mediante um processo que envolve questões políticas e acadêmicas. Conforme indica Schneider (2003), no campo político o termo emerge como categoria utilizada pelos movimentos sociais no campo vinculados ao sindicalismo rural,

ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Segundo o autor, tais organizações se valem do termo para defender seus interesses ante a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Ao longo da década de 1990, o termo passou a agrupar um amplo leque de movimentos que reivindicavam políticas de preços e crédito diferenciados para os agricultores familiares. Posteriormente, o termo passou a ser legitimado pelo Estado ao ser incorporado legal e institucionalmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, no qual foram criadas políticas de crédito específicas para o setor.

No cenário acadêmico, estudos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993; 1998) conferem essa forma social de agricultura e dão visibilidade a ela. De acordo com Schneider (2003), os estudos citados revelaram que a agricultura familiar correspondia a uma forma de organização social legitimada e reconhecida em grande parte dos países desenvolvidos, onde o trabalho da família assume importância decisiva na estrutura agrária.

Spanevello (2008) destaca que agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos de subsistência, preservação do meio ambiente e manutenção das relações sociais no campo. Na mesma direção, Costabeber e Caporal (2003) defendem a ideia de que ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Com sentido similar, Abramovay et al. (1998) consideram existir três atributos importantes na agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na sua definição, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY et al., 1998, p. 146). Família, trabalho e gestão também são considerados essenciais por Lamarche et al. (1993, p. 15), quando afirma que “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Wanderley (2001, p. 25) afiança que a agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Para a autora, a conjugação dessas duas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho, tem consequência fundamental na forma como ela age econômica e socialmente.

Por suas características históricas, o território catarinense abrange inúmeros agricultores/as familiares. Desde a colonização, a base da produção agrícola catarinense foi pautada na pequena propriedade familiar. Mesmo com o intenso processo de migração do campo para a cidade, o estado permaneceu com uma população dedicada à agricultura, vivendo próxima a pequenas cidades, numa relação rural-urbana, como destacado por Wanderley (2011), Veiga (2004), entre outros.

Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) em 2006, das 193.668 propriedades agrícolas do estado, 168 mil foram classificadas como estabelecimentos de caráter familiar, somando 87% do total. Portanto, Santa Catarina aparece como destaque no percentual total de agricultores/as familiares em relação a outros estados. Ressalta-se que os 87% de estabelecimentos detêm apenas 44% da área do estado e produzem o equivalente a 67% do valor bruto de produção dos estabelecimentos agropecuários do estado. No que tange à estrutura fundiária, predominam estabelecimentos de pequenas dimensões, em que 65% das propriedades possuem áreas inferiores a 20 hectares e 69,3 mil estabelecimentos possuem menos de 10 hectares, o que corresponde a 36% do total.

Entre os/as agricultores/as familiares, cresce a parcela de famílias que buscam alternativas produtivas distintas do sistema convencional. Na literatura específica, os agricultores convencionais são aqueles/as

Que aderiram ao modelo produtivista estimulados pelas políticas de modernização da agricultura iniciadas nos anos 1960, conhecida como Revolução Verde. Algumas características dos agricultores convencionais são o uso de insumos industriais, as monoculturas, uniformização genética e, geralmente, a subordinação a uma empresa que comercializa seus produtos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 65).

Entre os sistemas produtivos na agricultura familiar vem se destacando a agroecologia. Para Caporal e Costabeber (2004), trata-se de uma junção da ecologia com a agronomia, que leva em consideração a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural. Corroborando, Gliessmann (2001) afirma que a agroecologia busca desenvolver uma agricultura ambientalmente adequada, que valoriza o conhecimento local dos agricultores, a socialização dos conhecimentos e sua aplicabilidade como objetivo comum à sustentabilidade. Desse modo, a agroecologia incorpora ideias que vão além das fronteiras convencionais e

[...] constitui uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas de maneira ampla. Os sistemas produtivos são concebidos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo. [...] a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais (ALTIERI, 1989, p. 18).

Nesse sentido, a agricultura de base agroecológica é apontada como uma estratégia de desenvolvimento rural com vistas à diversificação e à dinamização do setor agrícola, bem como uma forma de proporcionar maior agregação de valor e geração de excedente aos/às pequenos/as produtores familiares. Nesse cenário, torna-se essencial a efetiva participação de todos os membros da família no processo produtivo, visto a intensidade do uso de mão de obra, o que abre espaço para a efetiva

participação da mulher na produção, comercialização e gestão do excedente.

A perspectiva de análise de gênero em espaços rurais aponta subordinação e subvalorização do trabalho feminino, em virtude de ser considerado uma ajuda ao trabalho que pertence ao homem. A mulher está na condição de membro da família não remunerado e com atuação invisibilizada (PACHECO, 2002; PAULILO, 1987; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

Em contexto semelhante, Melo e Di Sabbato (2006) asseveram que o trabalho feminino na agricultura familiar é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família. São de sua responsabilidade o quintal, a horta, os serviços domésticos, ou seja, atividades de reprodução. De forma inversa, ao homem cabe a posição de provedor do estabelecimento.

Quanto à coordenação do trabalho nos estabelecimentos rurais, Moura (1978), Heredia (1979) e Woortmann e Woortmann (1997) explicitam que historicamente essa é uma tarefa que cabe ao homem, que assume o papel de chefe do processo produtivo. Cabe-lhe transmitir no próprio trabalho as dimensões simbólicas e educativas da agricultura familiar. Nessa perspectiva, Woortmann (1995, p. 11) diz que “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores e construção de papéis”. Conforme a autora, o homem detém “um saber que o autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho e a família. Esse saber é transmitido à força do trabalho, aos filhos, que, ao trabalhar, estão se constituindo também como conhecedores plenos” (WOORTMANN, 1995, p. 13).

Adensando as discussões acerca das relações sociais construídas no meio rural por meio da divisão social do trabalho, Paulilo (1987), ao descrever a organização interna das atividades agrícolas em comunidades de Santa Catarina e da Paraíba, constatou que, independentemente do caráter e do esforço despendido, se o trabalho for feito por mulheres, geralmente é considerado “leve” e possui menor valor de remuneração.

[...] “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: por que se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (PAULILO, 1987, p. 7).

Constata-se que o trabalho é “leve” (a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p. 7). Complementando, Sampedro Gallego (1996), ao avaliar as diferenças de subordinação entre os filhos homens e as filhas mulheres em relação às ordens do pai, afirma que para os filhos homens a situação é provisória, pois futuramente eles se tornarão os chefes de família. Já para as filhas mulheres, será

uma condição permanente, pois quando solteiras são consideradas ajudantes do pai e quando casadas se tornarão ajudantes do marido. Evidencia-se, assim, a eterna condição de ajudantes familiares e invisíveis do ponto de vista social.

Nesse contexto, o estudo objetiva analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da APASF, como a agroecologia proporcionou geração de renda, ampliou as relações sociais, promoveu equidade de gênero e preservação do patrimônio cultural por meio das atividades desenvolvidas.

2 | A METODOLOGIA E O CONTEXTO EMPÍRICO

A APASF situa-se no município de Atalanta (SC), localizado a aproximadamente 200 km de Florianópolis. De colonização alemã e italiana, é essencialmente agrícola. Sua estrutura fundiária caracteriza-se pela presença de agricultores familiares com propriedades que variam entre 10 e 50 hectares (KRAEMER, 2000).

O extrativismo de madeira representou o primeiro ciclo econômico do município, e paralelamente a agricultura de subsistência contribuía para a exploração do solo. O fim da matéria-prima para as madeireiras coincidiu com a chegada da Revolução Verde, que trouxe a mecanização e os insumos químicos para a agricultura. No início dos anos 1990, as primeiras propriedades iniciaram a experiência de cultivo agroecológico.

Fundada em 1996, a APASF está alocada nas comunidades de Alto Dona Luíza e Santo Antônio, em Atalanta (SC). Inicialmente os produtores viviam em constantes incertezas, pela dificuldade de transição do sistema convencional para o agroecológico. Não havia um sistema articulado de comercialização próprio para o setor nem técnicas específicas que norteassem as atividades diárias e resolvessem os problemas decorrentes (BASQUEROTE, 2015).

Em seu estudo, Basquerote (2015) descreve que a associação se tornou referência na produção de base agroecológica no Alto Vale do Itajaí (SC) e para outros/as produtores/as e associações, por apresentar, manter e desenvolver técnicas de cultivo peculiares, integrar-se a um sistema de comercialização competitivo, possuir uma organização interna com pronunciada presença feminina, contar com uma produção diversificada e permanente e ser referência municipal e regional na produção e difusão do sistema agroecológico. Ademais, a associação possui participação feminina marcante nos cargos de direção.

Atualmente, a APASF é composta por 10 membros, sendo seis mulheres e quatro homens, distribuídos em quatro famílias. Ela integra a Rede de Certificação Ecológica e realiza uma reunião ordinária sempre na primeira segunda-feira do mês de forma itinerante nas propriedades.

Nesse espaço empírico desenvolveram-se um estudo de caso (YIN, 2001) e pesquisas de natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998), por apresentar tentativa de compreensão detalhada

dos significados e das características de situações apresentadas pelo investigador. O presente estudo tem caráter etnográfico (LAPLANTINE, 1993), cujo pressuposto é identificar os atributos de gênero diante da questão da transição agroecológica, dos rearranjos familiares e da manutenção das relações produtivas no campo, na APASF.

Os dados coletados no primeiro semestre de 2018 foram obtidos recorrendo-se à observação participante e a entrevistas semiestruturadas (nesse estudo os nomes são fictícios e idades abrangentes) com dez membros (homens e mulheres) atuantes da associação. Os registros da observação participante visaram descrever e compreender o que estava ocorrendo em determinadas situações nas propriedades visitadas e em reuniões da APASF. Posteriormente, os dados foram analisados com base nos procedimentos. Para análise dos dados, utilizou-se o método da Análise do Discurso (ORLANDI, 2003).

3 | AS MULHERES E AS RELAÇÕES PRODUTIVAS E FAMILIARES NA APASF

Falta de perspectiva e desestímulo em continuar a cultivar a terra: esse era o contexto na década de 1990, em que algumas famílias no pequeno município de Atalanta (SC), cansadas de sucessivas safras inexitosas e problemas de saúde relacionados ao uso de defensivos sintéticos, resolveram experimentar comercialmente, um modelo alternativo de produção agrícola, a agroecologia. A fala de Lúcia trouxe à baila o contexto da agroecologia na propriedade e os motivos que fizeram a família optar pelo segmento em questão. Segundo ela, a proposta foi recebida com precaução. Afinal, trabalharam a vida toda da mesma forma, e a mudança gerou insegurança:

Meu marido estava com problemas de saúde devido aos venenos. Nós não víamos mais perspectiva de lucro. Mas também não queria sair pra cidade, conhecemos todo mundo aqui, temos nossas coisas, nossa casa, que com suor do trabalho conseguimos adquirir. Mas as safras não davam lucro e a gente estava desanimado. Foi então que surgiu a proposta de produzir na agroecologia, e eu disse que essa era nossa chance de mudar de vida, de virar a página. Mas nós não sabíamos como ia ser. Eu sabia que, se fosse pra produzir coisas como a minha Oma (como são chamadas as avós nas regiões de colonização alemã de Santa Catarina) fazia eu tinha certeza que a gente ia se dar bem, por que ela ensinou pra minha mãe e eu os cuidados com a horta (Lúcia, 55 anos. Entrevista concedida em 22 mai. 2018).

A participação feminina teve fundamental importância na criação da associação. As mulheres propuseram aos maridos a adesão ao novo sistema e os convenceram de que esta poderia ser a saída para não ter de abandonar a agricultura e para manter as relações produtivas no campo, além de preservar o patrimônio cultural, por meio da manutenção das técnicas de cultivo e de transformação dos produtos adquiridos de gerações anteriores. No entanto, as famílias não poderiam trabalhar individualmente e havia a necessidade de quebrar velhos paradigmas da agricultura convencional, como a ampliação da visibilidade do trabalho feminino (PAULILO, 1987; WOORTMANN, 1995; CARNEIRO, 2001). Rubens destacou a importância que as mulheres tiveram para que a associação se concretizasse e para que pudessem adotar o sistema agroecológico

e para manter ou resgatar técnicas agrícolas de seus antepassados.

Eu não acreditei que ia dar certo a gente mudar pra agroecologia. Aceitei porque não via outra forma de nós se manter na roça produzindo e porque a Lúcia insistiu muito. Eu estranhei muito esta coisa de combinar com outras pessoas o que plantar, vender... Eu estava acostumado a mandar sozinho em tudo. Era eu quem decidia o que plantar, a hora de colher ou vender. Agora a gente ter que ser parceiro das outras famílias, antes parece que a gente competia. Outra coisa que mudou foi a maneira como a gente trabalha. Nós aprendemos que o moderno era passar veneno, usar máquinas e que produto bom tinha que ser comprado. Agora fazemos as coisas do jeito dos antigos, e isso é que tem valor e parece moderno (Rubens, 62 anos. Entrevista concedida em 24 mai. 2018).

Ainda na perspectiva da atuação feminina na APASF e do resgate de técnicas dos antepassados, os depoimentos revelaram mudança na própria concepção que as mulheres tinham de si e de suas limitações, além da atual valorização dos seus conhecimentos. A saber:

Minha vida mudou muito depois que mudamos para a agroecologia. Eu nunca imaginei que pudesse me tornar mais independente. Eu fui criada para ser a filha, a esposa. Como a gente morava no interior e não podia estudar mais que a quarta série, aprendi que deveria ser uma boa dona de casa e ajudar o marido na roça. Hoje eu vejo de uma forma diferente. Não me considero ajudante dele. Nós dois somos os responsáveis sobre tudo o que acontece na propriedade, inclusive sobre o dinheiro, sobre o que comprar ou vender, onde gastar. Percebo que na minha casa as coisas mudaram bastante e meu marido também percebeu isso. Em outras casas, vejo que ainda existe certa resistência dos maridos nesse sentido. Mas uma coisa é certa: agora o que a gente faz é valorizado. Minhas geleias estão famosas. Sigo a receita da minha Oma, e agora plantamos como os antigos faziam (Elisa, 56 anos. Entrevista concedida em 23 mai. 2018).

Em conformidade com as colocações de Elisa, Alfredo destaca que a mudança no modo de se relacionar com a sua realidade imediata, não foi percebida apenas por elas. Os maridos também notaram o empoderamento gradativo que suas esposas foram adquirindo ao longo do tempo. Os relatos evidenciam que eles também consideram positiva a mudança.

Minha mulher não é mais a mesma. Ela hoje conversa com todo mundo, parece que entende mais as coisas. Ela está mais disposta e feliz. Eu percebo que com a agroecologia ela se sente mais importante porque as pessoas fazem com que ela se sintam assim. No dia de feira, se ela não vai, os clientes já ficam perguntando o que aconteceu. Quando vêm as pessoas visitar a nossa propriedade, ela até se arruma um pouco e vai recebendo o pessoal. Quando recebe um elogio sobre as suas geleias, ela fica toda boba. Gosto de ver ela assim, satisfeita com o que faz. Nem doente ela fica mais. Até eu mudei o jeito de tratar ela (Alfredo, 56 anos. Entrevista concedida em 26 mai. 2018).

Os depoimentos anteriores, evidenciaram também a percepção que as mulheres têm de seu trabalho na agroecologia. Para elas a mudança na forma de cultivar, por meio de métodos tradicionais, também alterou a maneira como seu trabalho passou a ser reconhecido dentro e fora das propriedades. Ao serem indagadas sobre o gosto pela agroecologia, as respostas comprovam que as mulheres possuem maior apreço. Entre os motivos destacados, encontra-se a visibilidade que o trabalho delas recebe.

Eu sempre gostei mais da agroecologia do que o Germano. Eu era a responsável pela horta, fazia as geleias aqui para nossa casa e ia pra roça com ele. Agora parece que meu trabalho aparece mais, tem importância. Antes eu não me achava importante porque parece que eu ajudava o Germano, agora não. Como sou eu quem faço as geleias, ele é que me ajuda, porque parte da nossa renda vem delas e ele teve que aprender a respeitar isso. Agora às vezes parece que está invertido, ele é que me ajuda. Sei que esta mudança incomoda o Germano e até entendo, porque ele foi criado de outro jeito. Mas ele sabe que nossa vida mudou pra melhor. Que agora temos renda de maneira mais tranquila, e a maior parte vem das geleias que eu fazia desde que eu era solteira. Ele sabe que a gente só tá na roça porque eu insisti pra nós experimentar a agroecologia e porque eu já conhecia fazia na horta o que a gente faz agora (Ana, 64 anos. Entrevista concedida em 16 mai. 2018).

Na mesma direção, Joana expõe o que mudou na autopercepção em relação a sua vida após adotar a agroecologia e fazer parte da APASF. Para ela, a participação na associação representou mais do que uma fonte de renda, ao permitir que ela transite entre a produção e a reprodução.

Antes de fazer parte da associação, minha vida era o serviço da roça e o de casa e às vezes passear na casa dos parentes, ir na missa. Dependia da vontade do marido para ir pra qualquer lugar. Hoje eu sei dirigir, quando quero ir a algum lugar, combino com ele e vou. Temos conta em conjunto, vou no banco, converso com outras pessoas, faço cursos que me interessam. Se eu vejo algo que eu gosto, eu compro. Agora parece que a produção é nossa. Antes parecia que era dele. É engraçado, porque o que faço agora é o que eu via meu pai e meus irmãos fazerem. Não posso reclamar do meu marido, mas as coisas estão muito melhores agora (Joana, 72 anos. Entrevista concedida em 20 mai. 2018).

O relato de Joana avaliza os estudos de Spanevello (2008) ao destacar que a inserção das mulheres rurais no campo político como sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos, entre outros, têm possibilitado um aprendizado e autonomia. De modo semelhante, Basquerote (2015) destaca ao circular no espaço público, em viagens, em participação em feiras, transitar para além dos limites da propriedade, configuram-se como processos importantes para maior igualdade de gênero no campo, à medida que permite à elas, descortinar a esfera pública e vivenciar distintas realidades. Nesse sentido, a agroecologia pode apresentar-se como um fator catalisador das mudanças para as mulheres do campo em Atalanta ou em outras regiões. Desse modo, embora persistam assimetrias nas relações entre mulheres e homens no campo, as situações descritas acima, asseveram que têm ocorrido processos de mudança.

Entre os fatores condicionantes de alteração nas relações de gênero na APASF estão as feiras. Para mulheres, participar da agroecologia proporcionou um espaço para mostrar à sociedade o que produziam e a forma como produzem. As entrevistas explicitaram que elas têm consciência da visibilidade e da contribuição que seu trabalho possui dentro e fora de suas propriedades, quando relatam situações que acontecem nos pontos de venda (feiras).

A feira foi uma grande mudança na minha vida. Antes eu só trabalhava na roça e vinha pra casa, cuidava dos bichos, tirava o leite, conversava com alguém diferente quando ia à missa ou ia pra cidade. Minha rotina era essa. Hoje eu saio de casa, converso com outras pessoas, sei dos assuntos, vejo como os outros se comportam, se vestem, tenho amigos que nunca imaginei ter. Me sinto gente! Gosto do que eu faço e vejo que as pessoas valorizam isso. No começo foi estranho porque eu achava que as coisas que eu fazia, como as geleias não eram boas. As receitas que uso, aprendi com minha mãe, que aprendeu com a minha Oma e assim por diante. A feira representou uma forma de eu mostrar o que eu faço e por causa da dela, até fiz uma conta no Facebook e tenho e-mail. Meus clientes me mandam mensagens, fazem encomendas e isso até facilita meu trabalho, porque posso levar separado o que eles querem e desse modo não preciso pesar na hora da venda, por exemplo (Lucia, 52 anos. Entrevista concedida em 22 mai. 2018).

A importância da participação das mulheres na feira como um forma de empoderamento também é percebida pelos homens. O relato de Germano traz à tona o contexto da feira onde atua junto com Lúcia, sua irmã:

Nossos clientes gostam de ser atendidos pela Lúcia. Ela é simpática, agradável, conhece bem os produtos e ensina as receitas. Antes da agroecologia ela era diferente, mais tímida. Hoje ela conversa com os clientes sobre vários assuntos, como saúde, economia, meio ambiente, relações de gênero, entre outros. Até aprendeu informática pra se comunicar com os fregueses. O dia que ela não vai os clientes ficam perguntando o que aconteceu com ela. Minha mulher não vem comigo na feira, prefere ficar em casa cuidando das coisas por lá. Ela é mais tímida, mas garanto que se participasse da feira iria ser desinibida (Germano, 66 anos. Entrevista concedida em 16 mai. 2018).

O cenário descrito anteriormente avaliza as constatações de Basquerote (2015), Lovatto et al. (2010), Schaaf (2001), entre outros, quando afirmam que a organização e a participação das mulheres rurais têm se ampliado, à medida que passam a ser atuantes não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, como também em associações e grupos de produção que desenvolvem experiências produtivas alternativas nas propriedades, como na agroecologia; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações etc.

Assim sendo, a participação na APASF representou uma mudança na própria concepção que as mulheres tinham de si e de suas limitações e oportunizou vivenciar outras experiências. Joana expõe:

Eu antes parecia um bicho do mato, não sabia conversar, tinha medo do que as pessoas falavam ou achavam de mim. Não falava em público, mas aos poucos fui mudando. Uma vez a associação foi escolhida entre muitas outras para representar a agroecologia em um seminário onde tinha pessoas do Brasil inteiro. Ninguém queria ir, e eu disse pra Lúcia: “Se tu ir comigo eu vou”. Quando chegamos lá, era só gente de empresa, engravatado, e a maioria homens e nós umas pobres coitadas, de unha manchada de terra, de mãos grossas de lidar com as ferramentas. Eu até já tinha ido em palestra, mas geralmente eram os homens que falavam. Quando chegou a nossa vez de falar, parece que o meu coração ia sair pela boca. E nós subimos no palco e falamos o que tinha que falar do nosso jeito. Quando terminamos, a plateia nos aplaudiu de pé. Desse dia em diante eu pensei: “Eu posso, eu sou importante, eu tenho valor e o que eu faço também tem” (Joana, 72 anos. Entrevista concedida em 20 mai. 2018).

As experiências vividas na APASF evidenciam que, para as mulheres poderem ressignificar o espaço doméstico, precisam desconstruir primeiro as imagens construídas de si impostas pelo conjunto da sociedade e por elas assimiladas e reproduzidas, para então buscar uma maior autonomização das formas de sujeição pelo contrato sexual, pela cultura, entre outros (SAFIFIOTI, 2004). Para a autora, libertar-se do modelo hegemônico de feminilidade, em que a mulher deve ser doce e passiva e muitas vezes assexuada, torna-se um grande desafio, pois se trata de uma luta contra essas identidades naturalizadas consideradas fixas, acabadas e impostas, apresentadas ao longo da história como naturais. No entanto a inserção em atividades que envolvem eventos externos, ministrar palestras, cursos fora das propriedades, não é ainda uma realidade para todas as mulheres que compõem a APASF.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar nas trajetórias das famílias agricultoras da APASF como a agroecologia proporcionou geração de renda, ampliou as relações sociais, promoveu equidade de gênero e preservação do patrimônio cultural por meio das atividades desenvolvidas.

Constatou-se que para estas famílias de agricultores familiares, a agroecologia tem se mostrado uma alternativa viável e promissora de lucro, uma vez que tem propiciado agregação de valor à produção, geração de excedente, maior autonomia produtiva e qualidade de vida dos envolvidos. Nesse sentido, nesse espaço empírico, o campo continua a ser visto como um território de oportunidades e suas atividades como promissoras para obtenção de renda.

Evidenciou-se que a formação da APASF foi um esforço coletivo empreendido inicialmente pelas mulheres, ao proporem uma nova forma de organização produtiva às suas propriedades. Como consequência, a estrutura hierárquica dentro das famílias foi paulatinamente sendo alterada, com maior participação e visibilidade de feminina em detrimento a masculina. Além disso, paradigmas amplamente arraigados no cenário agrícola, como a competição, cedeu lugar a cooperação e novas estruturas comerciais foram gradativamente sendo constituídas.

Evidenciou-se que a adoção do sistema agroecológico de produção resultou em mudança na forma como as próprias mulheres concebiam suas vidas. Elas redefiniram sua posição e sua importância na sociedade por meio do empoderamento gerado pela emancipação e visibilidade que seu trabalho proporciona, por abrir espaços para que atuem como sujeitos. Suas conquistas elevaram sua autoestima, diminuíram o preconceito e proporcionaram uma nova forma de organizar as propriedades e de gerir suas vidas.

A análise também revelou haver relações de gênero mais equilibradas com a adoção da agroecologia e a criação da APASF. Nesse cenário, as mulheres que antes

exerciam atividades em quase todas as esferas produtivas da propriedade mas eram responsáveis apenas por aquelas de caráter reprodutivo deixaram de atuar somente como ajudantes do trabalho de seus esposos. Elas tornaram-se protagonistas e sujeitos do processo produtivo e participam das decisões a serem tomadas nas propriedades e na associação.

Comprovou-se que a atuação das mulheres promoveu visibilidade ao trabalho feminino, à medida que este, resultou em importante fonte de renda para a família. Além disso, evidenciou-se mudanças na forma como os homens passaram a ver as suas companheiras, considerando-as não mais ajudantes na produção, mas, responsáveis do processo assim como eles. Nesse sentido, percebeu-se nos homens, um evidente desconforto em aceitar o estreitamento nas assimetrias de gênero, porém, por meio da geração de excedente proporcionado pelo trabalho delas, os conflitos aos poucos vem sendo atenuados.

Há que se destacar que, para essas mulheres, fazer parte da APASF representou muito mais do que uma fonte de renda; denotou participar de um mundo antes apenas idealizado ou vivido por seus esposos, pais e irmãos. Permitiu avançar além da esfera privada e envolver-se em atividades que ultrapassam o trabalho doméstico ou da lavoura, da realidade vivida cotidianamente, das relações unicamente familiares. Oportunizou descortinar a esfera pública por meio da vivência com realidades distintas das suas, na participação em congressos, dias de campo, cursos, palestras, feiras, seminários, viagens, entre outros.

Ademais, por iniciativa feminina, as famílias preservaram sua atuação produtiva no campo. Comprovou-se que, em virtude dos problemas enfrentados no sistema convencional de cultivo, havia o desejo de abandonar o meio rural e a tendência de não considerar o campo como um lugar de oportunidades. Todavia a adoção da agroecologia possibilitou às famílias e, sobretudo às mulheres, além da permanência nas atividades agrícolas mantendo vivos os saberes de seus antepassados, a ampliação das relações sociais, em decorrência do contato com realidades políticas, intelectuais e sociais distintas das vivenciadas até então.

Certamente muitos são os desafios a serem rompidos por essas mulheres, porém é inegável a sua ascensão como protagonistas de uma nova forma de fazer, organizar e viver a agricultura familiar e que elas promoveram rearranjos familiares, valorização do patrimônio cultural, autonomia econômica, política e social. Por fim, as ações desenvolvidas na APASF demonstram importantes avanços construídos na busca da promoção de igualdade entre homens e mulheres no meio rural, ratificando que, quando as relações de gênero se equilibram, o mesmo ocorre com as relações de poder.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.
- _____. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131546porb.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda J.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ASSIS, Gláucia de O. **De Criciúma para o mundo**: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. 2004. 348f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004.
- BASQUEROTE, Adilson. T.S. **Associação de produtores agroecológicos**: gênero, migração e desafios da sucessão. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.
- BOGDAN, Rober. C.; BIKLEN, Sari. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa: Porto Editora, 1994.
- CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agriculturas de base ecológica. In: _____. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/ Dater-IICA, 2004. p. 7-11.
- CARNEIRO, Maria J. Herança e identidade de gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 1-34, 2001.
- COSTABEBER, José A; CAPORAL, Francisco R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo et al. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: UFSM, 2003. p. 157- 194.
- GLIESSMANN, Stephen. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- HEREDIA, Beatriz M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- KRAEMER, Osvaldo. **Atalanta, nossa história**. Atalanta, 2000.
- LAMARCHE, Hugges (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional – do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. v. 2.
- _____. et al. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LOVATTO, Patricia et al. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da

- mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 191-212, 2010.
- MELO, Hildete P. de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 47-87.
- MOURA, Margarida M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PACHECO, Maria E. L. **Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero**. In: **PERSPECTIVAS de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: Luci Artes Gráficas, 2002. p. 138-161.
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 1-7, 1987. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade**. São Paulo: NEILS PUC SP, 2004.
- SAMPEDRO GALLEGU, Rosario. Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: LEON, Maria A. G. **El campo, la ciudad**. (Org.). Sociedad rural y cambio social en España. Madri: inistério da Agricultura, 1996.
- SCHAAF, Alie V. D. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2001.
- SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- SPANEVELLO, Rosani M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- VEIGA, José E. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O496.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- _____. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.
- WANDERLEY, Maria de N. B. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU Nueva Época**, v. 5, 2011.
- _____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2001. p. 21-55.
- WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros parentes e compadres: colonos do Sul do Brasil e sitiados do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.
- _____; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UNB, 1997.
- SCHÄFFER, Neiva O. et al. **Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-018-6

